

Negociação suspensa até dia 28

ELIANE GAMAL
Especial para O Estado

NOVA IORQUE — Depois de duas semanas de discussões, a renegociação da fase 3 da dívida externa brasileira não foi concluída e as conversações entre o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e os 14 banqueiros do Comitê de Assessoria da dívida externa brasileira foram suspensas, devendo ser reiniciadas no próximo dia 28 de janeiro. A interrupção das negociações foi anunciada pelo presidente do comitê William Rhodes, através de uma nota divulgada à imprensa, e por Pastore, durante uma entrevista coletiva concedida a jornalistas brasileiros e estrangeiros na tarde de ontem na sede do Banco do Brasil em Nova Iorque.

De acordo com o presidente do Banco Central, muitos progressos foram alcançados nestes 15 dias de discussões, restando apenas alguns pontos pendentes que impossibilitaram o fechamento das negociações. O principal empecilho continua sendo o *spread* de apenas 7/8 acima da *Libor* que o Brasil está pedindo, e com o qual os banqueiros não concordam, conforme a contraproposta



Arquivo

Pastore: "O governo eleito terá acesso às informações"

apresentada na quarta-feira. Pastore não quis divulgar o *spread* proposto pelo comitê, mas afirmou que este foi o motivo principal de seu retorno ao Brasil para novas consultas ao governo.

"Não conseguimos chegar ao final destas negociações porque envolvem decisões muito complexas e exigem um trabalho onde não se admitem os erros", afirmou o presidente do Banco Central, acrescentando, no entanto, que a diretoria de propostas em relação ao *spread* diminuiu no decorrer das negociações.

Em relação ao prazo de 16 anos para o reescalonamento da dívida e mais seis de carência, Pastore explicou que está praticamente acertado, embora — segundo ele — em qualquer negociação não concluída, "todos os pontos podem estar potencialmente fechados ou abertos". Segundo o presidente do Banco Central, o Brasil está esticando os prazos de vencimento assim como os de carência. "Esta não é uma carência plena e por isso é vulnerável a algumas amortizações dentro deste período, começando com amortizações simbólicas e passando para outras efetivas. Mas garanto que esta carência é superior a seis anos", disse.

Durante os 40 minutos em que esteve com os jornalistas, Pastore — que retornou ao Brasil ainda na noite de ontem — disse que alguns dos detalhes divulgados nestas duas semanas têm fundamento, enquanto outros são mera especulação. Ele explicou que há aspectos da proposta, como "ajustes interbancários e das linhas de comércio", já elaborados. O presidente do Banco Central esclareceu, ainda, que o fato de o Brasil não pedir empréstimos novos em 1985 não significa a ausência de pedidos nos anos seguintes, em função dos acordos plurianuais.

Quanto à eleição de Tancredo Neves e à mudança de governo no dia 15 de março, Pastore apenas disse que ele e seus assessores continuarão renegociando a dívida até o final do governo Figueiredo e negou que nesta sua volta ao Brasil fará consultas aos futuros assessores econômicos de Tancredo. "Não tenho que procurar esses assessores, mas o governo eleito terá todo acesso às informações sobre o encaminhamento das negociações", afirmou Pastore, reiterando que as eleições no Brasil não interferiram no andamento das conversações entre ele e os banqueiros.